



DOSSIÊ

**Corpos em trânsito, vidas em luta(o): cartografias de resistência de travestis brasileiras**

João Henrique de Sousa Santos, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Ludmila Lima Arantes, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Thiago César Carvalho dos Santos, *Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, Brasil*

Pedro Henrique Araujo Nunes, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Isabella Campos Freitas D'Ávila, *Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, Brasil*

Cintia Maria Teixeira, *Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Patricia de Souza Oliveira, *Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil*

Ravi Zanolla Cláudio, *Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, Brasil*

Resumo. Este artigo tem como objetivo cartografar experiências de resistência de travestis brasileiras profissionais do sexo residentes no Brasil e na Europa, analisando estratégias cotidianas de enfrentamento da morte. A pesquisa adotou a cartografia como método e ética de investigação, realizando sete entrevistas com travestis selecionadas a partir de vínculos prévios das(os) pesquisadoras(es) com essa população. Os encontros ocorreram em espaços significativos para as participantes, como ambientes de trabalho, residências e locais de militância, compreendidos como dispositivos de produção de sentido. As narrativas foram analisadas de forma processual, sem categorização rígida, acompanhando afetos, deslocamentos e modos de existência. Os resultados evidenciam que, embora atravessadas por violências estruturais, essas trajetórias produzem redes de cuidado, constroem



condições materiais e subjetivas de reconhecimento e operam deslocamentos geográficos e estéticos como formas de afirmação da vida. Conclui-se que escutar tais experiências implica deslocar leituras patologizantes e reconhecer a potência política e inventiva das existências travestis.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis. Prostituição. Cartografia. Resistência.

Introdução

Há vidas que nascem atravessadas pela morte. Não a morte biológica, mas aquela silenciosa e simbólica que se anuncia cedo demais: no olhar da família que expulsa, no riso debochado na escola, na esquina em que se negocia o corpo e o medo. Vidas sentenciadas à invisibilidade antes mesmo de existirem e que, ainda assim, seguem falando, desejando, resistindo. Este artigo nasce do desejo de escutar essas vidas, cujas experiências são historicamente construídas e, não raro, traduzidas em registros esvaziados de sentido. Atravessadas por um horizonte de morte social (Butler, 2018; Mbembe, 2016), elas desafiam as fronteiras entre luta e luto, inscrevendo no corpo marcas de resistência.

Focamos nas experiências de travestis brasileiras que exercem o trabalho sexual, no Brasil e na Europa. Buscamos compreender estratégias cotidianas de enfrentamento da morte, literal (violências e homicídios transfóbicos) e simbólica (negação de direitos, apagamento, estigma e exclusão institucionalizada). Como nos lembra Butler (2018), determinadas vidas são consideradas não passíveis de luto, vidas que não contam como vidas, que podem ser descartadas sem comoção social. O presente artigo se propõe a contrariar essa lógica de abjeção, ao relatar e criar um espaço de para fala ao que não se quer escutar.

O Brasil figura reiteradamente entre os países que mais assassinam pessoas trans no mundo. De acordo com os dados sistematizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entre 2017 e 2025 foram mapeados 1.261 assassinatos de pessoas trans no país, evidenciando a persistência de um padrão estrutural de violência letal (Benevides, 2026).¹ A juventude constitui o principal alvo dessa

¹ Embora o Dossiê da ANTRA (Benevides, 2026) registre redução numérica dos assassinatos catalogados nos últimos anos (145 casos em 2023, 122 em 2024 e 80 em 2025) a entidade adverte que

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

violência: 77% das vítimas tinham menos de 35 anos, com média de idade de 30 anos (Benevides, 2026). Adicionalmente, a intersecção entre transfobia, racismo e exclusão social aprofunda ainda mais a vulnerabilidade, evidenciando a atualização cotidiana da necropolítica (Mbembe, 2016) na gestão da vida e da morte dessas populações.

Ainda assim, é nesses mesmos territórios de exclusão que muitas travestis produzem laços, formas de cuidado, redes de solidariedade e invenções de si. O trabalho sexual, embora atravessado por estigmas e precariedades, surge em muitas narrativas como espaço de possibilidades, autonomia e orgulho, uma zona ambígua, onde convivem risco e afirmação. Como sugere Kulick (2008), a prostituição é, para muitas travestis, o único espaço onde são reconhecidas, admiradas, desejadas. Há, portanto, uma tensão constante entre agência e imposição, entre escolha e ausência de alternativas, entre desejo e sobrevivência, entre vida e morte.

Essa constatação, no entanto, não autoriza a naturalização da prostituição como destino da travestilidade. Como demonstra Barbosa (2013), a associação entre travestis, prostituição e marginalidade é historicamente produzida por dispositivos classificatórios que sexualizam e abjetam esses corpos, antecedendo, muitas vezes, a própria entrada no trabalho sexual.

Esta travessia investigativa se debruça sobre experiências singulares de travestis profissionais do sexo, corpos em trânsito, atravessados por violências e por agenciamentos, afetos e reinvenções. Não buscamos falar sobre “a travesti” ou “a mulher trans” como figuras homogêneas, nem reproduzir vinculações automáticas entre identidades e prostituição. Reconhecemos os limites do uso generalizante de “transexualidade” para abarcar experiências diversas (Favero, 2022) e distinguimos, com Carvalho (2018), marcadores simbólicos e sociais entre travestis e mulheres transexuais, distinções que impactam modos

essa variação não deve ser interpretada como diminuição efetiva da violência letal contra pessoas trans. Segundo o documento, a queda está associada sobretudo a subnotificação, invisibilização e apagamento institucional, relacionados ao enfraquecimento do monitoramento independente, à retração da cobertura midiática, à limitação da circulação de denúncias nas redes sociais, ao descrédito nas instituições de segurança e justiça e ao medo generalizado que produz silenciamentos estratégicos. Nesse sentido, a redução estatística não sinaliza avanços estruturais, mas pode indicar o aprofundamento da precarização da vida e da negação do direito ao luto da população trans no Brasil.



de exclusão. Enquanto a identidade travesti é muitas vezes associada a uma “feminilidade pombagira”, lida como mais “exagerada”, pública e erotizada, frequentemente associada imagetivamente à prostituição, a feminilidade das transexuais tende a ser percebida como “discreta”, recatada, medicalizada, mais alinhada a padrões normativos.

Para muitas, a prostituição não define a travestilidade, mas expressa uma resposta concreta a expulsões da escola, da família, do mercado formal e dos serviços públicos. Embora não livre, essa escolha tampouco se reduz à vitimização: é também visibilidade e pertencimento, a alto custo (Kulick, 2008). Essas trajetórias, frequentemente descritas como “vidas (des)cuidadas, necrogestadas, criadas para a morte” (Favero, 2022), revelam o entrelaçamento de transfobia, racismo, misoginia e precarização. No mercado formal, apenas 0,38% dos postos são ocupados por pessoas trans (Benevides, 2025), o que empurra muitas para o trabalho sexual como possibilidade concreta de sobrevivência. Amara Moira (2019) destaca a prostituição como um espaço que se abre, quando todos os outros (família, escola, trabalho) se fecham. Espaço que nunca foi preciso legislação para garantir o respeito ao nome e ao gênero, tornando possível superar o status de mera “sujeira estatística” (p.115).

Partimos, portanto, da ideia de que tais exclusões não são lacunas, mas efeitos de um projeto de desumanização bastante eficiente. Normas de gênero articuladas a dispositivos de patologização e criminalização produzem exclusões sistemáticas (Vidal; Castilho, 2023). Produzir conhecimento com e a partir dessa população é disputar modos de nomear, narrar e fazer existir, um gesto de reescrita e de fabulação crítica (Lima, 2024).

Metodologia

O percurso metodológico foi guiado pelo compromisso ético com uma escuta sensível, crítica e implicada. Optamos pela cartografia não apenas como método, mas como ética de acompanhamento das trajetórias e afetos das travestis participantes da pesquisa. Inspirada nas formulações de Passos, Kastrup e Escóssia (2015), a cartografia permite mais do que mapear trajetos fixos ou identidades cristalizadas: ela acompanha processos, movimentos, transformações. Trata-se de um

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patrícia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

805

método que se constrói a partir do entre, do contato, da implicação mútua entre pesquisador e campo, entre teoria e vida, entre dado e afeto.

Essa aproximação com o método cartográfico implicou não apenas uma técnica, mas o cultivo de um *ethos cartográfico*, que nos orientava desde a construção do campo até a escrita da análise. A entrevista, longe de ser um instrumento de extração de conteúdos fixos, passou a ser compreendida como um acontecimento no qual se produz e se compartilha experiência. Como afirmam Tedesco, Sade e Caliman (2013), não há uma “entrevista cartográfica” enquanto modelo, mas sim um manejo cartográfico da entrevista, em que o pesquisador se implica num processo de coemergência de si e de mundo. Nesse sentido, “A entrevista visa não a fala ‘sobre’ a experiência e sim a experiência ‘na’ fala [...]. A entrevista não funciona como procedimento que media o acesso à experiência, ela se efetiva como tal” (Tedesco; Sade; Caliman, 2013, p. 304).

Foram realizados sete encontros com travestis brasileiras profissionais do sexo: cinco residentes no Brasil e duas na Europa (França e Grécia). As participantes foram localizadas por meio do trabalho das(os) autoras(es) com essa população, na militância e pelos vínculos afetivos. Esse vínculo inicial foi essencial para garantir o acesso ético e respeitoso a um grupo historicamente explorado por pesquisas extrativistas, bem como para minimizar elementos que pudessem gerar recusas.

Os encontros ocorreram em diferentes formatos (presenciais e *on-line*), com duração entre 2 e 3 horas, e sempre com a presença de duas pesquisadoras(es). Todos foram gravados mediante consentimento livre e esclarecido, e posteriormente transcritos integralmente. Seguindo Patai (2010), consideramos as transcrições não como meras cópias de falas, mas como atos de tradução ética, em que o tom, as pausas e o ritmo também constituem sentido. Vale ressaltar, ainda, que durante a escuta e transcrição, evitamos qualquer movimento de “limpeza” linguística que pudesse apagar o estilo, o ritmo ou o léxico pajubá das interlocutoras, compreendendo a linguagem como campo de afirmação política. Como afirma Favero (2022) e Moira (2024), a língua travesti é também território de resistência.



O elemento cartográfico foi decisivo para ultrapassar a ideia de entrevista como mera coleta de dados. As entrevistas foram pensadas como encontros, cenas relacionais em que algo se produz entre pesquisador e participante. Esse “duplo afetamento”, como propõe Tedesco, Sade e Caliman (2013), consiste em reconhecer que tanto quem fala quanto quem escuta está sendo transformado pela experiência compartilhada. O saber, então, não é pré-existente: ele nasce da relação, da escuta, da sensibilidade. Esse princípio cartográfico se fez ainda mais necessário pela natureza política e subjetiva das falas que ouvimos, atravessadas por violência, desejo, dor e reinvenção.

Os espaços de realização das entrevistas também foram cuidadosamente escolhidos, prezando pela privacidade e pelo conforto das entrevistadas. Sempre que possível, elas ocorreram em locais significativos para as participantes, como quartos de hotéis onde trabalhavam, salões de beleza, suas casas ou outros espaços por elas indicados. Essa decisão foi orientada por uma ética do cuidado² e da confiança, que buscava romper com a lógica do interrogatório institucional e se aproximar de uma escuta mais horizontal. Nesse sentido, não apenas a fala, mas também o ambiente, tão familiar e comum na vida de uma travesti profissional do sexo, atravessava as(os) pesquisadoras(es), como se evidencia na breve descrição a seguir:

L. segue à frente: alta, negra, com uma aparência nada frágil. Subimos as escadas e chegamos a um corredor escuro, com muitas portas, onde uma música relativamente alta preenchia todo o espaço, não se ouvindo outro som. Em contraste com o corredor, o quarto, que comporta a cama e algum espaço de circulação, é claro, iluminado por luz elétrica. Chama a atenção o efeito produzido por um globo de luz colorido. A cama de casal se impõe logo à entrada, disposta perpendicularmente à porta, com a cabeceira voltada para a parede à direita de quem entra. Uma calcinha preta repousa ao pé da cama. Dois travesseiros estão posicionados na parte superior. Ao longo de toda a cabeceira há um suporte onde se acumulam objetos: caixa de camisinhas, papel-toalha, roupas, um dildo branco e um invólucro de preservativo já aberto. Ao fundo do quarto, na

² Em Carol Gilligan, a ética do cuidado enfatiza a dimensão relacional da vida moral, orientada pela responsabilidade, pela atenção às necessidades do outro e pela preservação dos vínculos. Essa perspectiva valoriza a escuta, o contexto e a interdependência nas relações humanas. Nesse sentido, o cuidado aparece como fundamento ético das práticas relacionais e de tomadas de decisões.

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

807

parede oposta à porta, localiza-se o banheiro, sem porta, mas com a entrada lateral, de modo que não é possível ver o interior do box a partir da cama ou da porta. As paredes, pintadas de um amarelo desbotado, quase bege, apresentam diversas manchas. Destaca-se a parede da entrada, marcada por respingos escorridos ao longo de sua extensão, vestígios corporais que registram materialmente as múltiplas histórias, acontecimentos e gozos inscritos naquele espaço. É a primeira vez do cartógrafo em um quarto de prostituição (Descrição do local elaborada pelas(os) autoras(es)).

Por fim, a análise não buscou encaixar o que se produziu dos encontros em categorias analíticas rígidas. As narrativas foram lidas como textos vivos, rizomáticos, marcados por múltiplas temporalidades e intensidades. Assim, mais do que “analisar dados”, procuramos nos deixar atravessar por histórias que desafiam o saber instituído e que exigem de nós, enquanto pesquisadoras(es), uma escuta ético-política à altura de sua complexidade e beleza.

A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH, com parecer de nº 6.877.665, e todas as entrevistadas receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e discussão

Nesse ponto destacamos o princípio vital deste estudo: recusar que essas vidas sejam reduzidas ao sofrimento. Como indica Selles e colaboradores (2022), travestis e transexuais, na construção de itinerários próprios e por meio de arranjos das experiências, produzem redes, alianças e estratégias de cuidado que, por vezes, se configuram em potências micropolíticas. Há uma vitalidade que resiste, uma produção de si que se inscreve no desejo, na reinvenção e no afeto. Como propõe Favero (2022, p. 31), “a experiência do trânsito de gênero não está e não deve ser definida pela via da transfobia [...] há uma dimensão do amor, do afeto, do desejo e da vida que não pode ser perdida de vista”.

Os resultados desta pesquisa não se apresentam como achados objetivos ou categorias fixas, mas como linhas de força que emergem do



encontro entre pesquisadoras(es) e interlocutoras. Narrativas de história de vida não cabem em um único artigo. Portanto, o que se produz aqui são mapas provisórios de experiências singulares, atravessadas por violências estruturais, mas também por invenções cotidianas de vida. As narrativas das travestis participantes revelam que a morte é uma presença constante, mas não soberana. Entre luta e luto, o que se destaca é a produção insistente de existência, de laços, de desejo e de dignidade. Organiza-se, assim, a análise em movimentos cartográficos que se entrecruzam e se contaminam mutuamente, sem pretensão de esgotamento.

Corroborando o que os estudos com a população trans apontam (Silva *et al.*, 2021; Rios *et al.*, 2025; Caravaca-Morera, Padilha, 2018), as trajetórias narradas pelas travestis entrevistadas são marcadas por experiências prematuras de ruptura, violência e ameaça à vida. Tentativas de suicídio na infância e adolescência, expulsões familiares, abusos sexuais, discriminação escolar e institucional compõem um cenário no qual a morte se anuncia precocemente. Não se trata apenas da possibilidade concreta de morrer, mas de uma morte social que antecede e condiciona a própria entrada na vida adulta.

B., 29 anos, travesti residente no Brasil, que sonha em migrar para a Europa, relata tentativas de suicídio aos 11, 13 e 16 anos, associadas à impossibilidade de reconhecimento de sua identidade de gênero, bem como às violências vividas nos contextos escolar e familiar. R., 25 anos, travesti residente na Europa, cujo sonho é tornar-se Miss, narra uma infância atravessada por perdas precoces, separações forçadas e violência sexual, trajetória que culminou na expulsão de casa aos 14 anos. L., 46 anos, travesti residente no Brasil, com passagem pela Europa, que afirma buscar viver o presente da melhor forma possível, descreve uma existência inteira vivida sob o risco, marcada por agressões físicas severas e por impactos duradouros sobre sua saúde mental. A., 32 anos, travesti residente no Brasil, que afirma não ter perdido a capacidade de brincar de boneca e que sonha em ser eternamente criança, vivendo em uma chácara e do próprio plantio, explicita, por sua vez, o que se configura como uma das primeiras violências experienciadas pela população trans: as múltiplas violências vividas no contexto escolar.

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

809

Com 11 anos eu tentei suicídio a primeira vez. Depois eu tentei com 13 e com 16. Sempre foram momentos assim, realmente, de pânico, de susto. E aí meus pais decidiram me mandar para a terapia. [Hoje] é uma prova todos os dias. É você acordar e você não saber se vai chegar um louco e vai matar você (B., 29 anos).

O que eu tenho que fazer com gay? É mandar embora de casa. Então ali eu vim para minha... Com 14 anos de idade, meu segundo cuspe que eu falo. Hoje falo brincando, mas é meu segundo cuspe para a realidade da vida. Eu já tinha sido cuspidada por minha mãe aos 9 anos. Com 14, eu estava sendo cuspidada pelos meus avós (R., 25 anos).

Na escola foi difícil. Queria usar o banheiro feminino, não deixavam. No masculino, os meninos queriam me agarrar. Na chamada, eu implorava para ser chamada pelo nome social... não me chamavam. Tinha que fazer escândalo, barraco, para conseguir respeito (A., 32 anos).

Esses relatos revelam que a violência não ameaça apenas os corpos, mas molda expectativas de futuro e sobre si. A morte anunciada, a interdição como realidade e o abandono como destino, funcionam como textos interpretativos da precariedade a que vidas trans estão submetidas. Tal dinâmica dialoga com a noção de condição precária formulada por Butler (2018), entendida como um regime político de gestão diferencial da vida, no qual certas existências são socialmente desqualificadas e tornadas mais expostas à exclusão, à violência e à morte. Essa desqualificação se articula a uma necropolítica cotidiana que não apenas mata, mas produz condições sistemáticas de exposição à morte. Como indicam Caravaca-Morera e Padilha (2018, p. 8):

[...] o cruzamento da fronteira do inaceitável justifica a violência, discriminação, fobia, invisibilidade/*erasure* e morte de algumas identidades, baseado em necropolíticas que se enfocam nas formas em que os corpos precisam ser apagados,



banidos e assassinados ao não se ajustarem ao modelo ideológico prefixado socialmente.

Todavia, reduzir essas trajetórias exclusivamente à violência seria reiterar a lógica que historicamente as silencia. Há nelas algo que também opera como ponto de partida para invenções de existência. As travestis parecem evidenciar com especial clareza, em seus corpos e, conseqüentemente, em suas vidas vividas, aquilo que Pelbart (2015, p. 21) formula ao tratar do que escapa a uma certa domabilidade da vida: “ao poder sobre a vida, biopoder, responde a potência da vida, biopotência”. Nessa direção, o que também emerge das narrativas é que, mesmo sob ameaça constante, essas vidas não se deixam capturar integralmente pela morte. A infância interrompida não encerra a história; ao contrário, inaugura uma urgência de invenção da vida, que se desdobra em escolhas possíveis, na construção de alianças e em processos contínuos de reinvenção. Como propõe Favero (2022) e Caravaca-Morera e Padilha (2018), trata-se de vidas produzidas sob regimes necropolíticos, vidas necrogestadas, mas não necrosadas: vidas que insistem em existir apesar do projeto de desumanização que as atravessa.

É nesse contexto que o trabalho sexual aparece nas narrativas como um ponto de inflexão decisivo, marcado por profundas ambivalências. Longe de ser apresentado como destino natural da travestilidade, ele emerge como resposta concreta a um cenário de exclusões estruturais, sobretudo no acesso à educação e ao mercado formal de trabalho, limitando as possibilidades de escolha profissional. “Compreende-se que “escolher” seria algo socialmente negado a estas mulheres, o que reforçaria sua inserção profissional em áreas precarizadas ou na prostituição.” (Santos, Oliveira-Silva, 2021). Ao mesmo tempo, o trabalho sexual não é descrito apenas como espaço de sofrimento e exposição ao risco, mas também como território de reconhecimento, autonomia relativa e produção de dignidade, no qual a vida encontra modos possíveis de se sustentar (Fonseca, Silva, Barbosa, 2021).

F. relata a entrada muito precoce no trabalho sexual, ainda na adolescência, associada à necessidade imediata de sobrevivência, bem como à possibilidade de acesso a bens básicos e a algum grau de

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

autonomia. J., travesti residente no Brasil, com passagem pela Europa, hoje com mais de 40 anos³ e mais de duas décadas de experiência no trabalho sexual, que sonha envelhecer com dignidade, compara a prostituição na rua e em hotéis, tanto no Brasil quanto na Europa, destacando a busca permanente por segurança como critério central na tomada de decisões. L. oferece uma crítica contundente ao trabalho formal, descrevendo-o como mais adoecedor do que o trabalho sexual, na medida em que exige submissão, silenciamento e desgaste contínuo, avaliação ancorada em sua própria trajetória no mercado formal, marcada por experiências reiteradas de violência. A., por sua vez, narra passagens por trabalhos informais, sem carteira assinada, bem como pela prostituição, evidenciando os limites estruturais impostos à permanência de travestis em espaços normativos de trabalho.

Sim, eu era bem acolhida na cidade, todo mundo respeitava, brincava... quando eu tentei arrumar um emprego de verdade, carteira assinada, aí eu não consegui. Aí eu vi os olhos da sociedade. Todo mundo acha legal, todo mundo respeita, mas para ter no estabelecimento de trabalho, ninguém quer. Aí vai para a prostituição mesmo. Eu lembro que no meu primeiro programa eu ganhei 50 reais, para mim aquilo era uma fortuna (A., 32 anos).

[O trabalho formal] é algo que eu não quero mais para a minha vida. Que eu almejei, mas, eu vi que hoje esses nove anos fodeu com a minha saúde mental. Está lá naquela sociedade, acordar cedo, ter chefe, tem que bater cartão no horário certo. Você tem que receber, trabalhar o mês inteiro, exaustão absoluta. Eu gosto de ser diva todo dia, ganhar dinheiro transando não me diminui em nada, não me sinto inferior a trabalho nenhum. Pelo contrário, essa história de que trabalho fácil. Não é fácil encarar o mundo, ele é sujo, fedorento. [...] Sim, eu transo com todo tipo de homem, mas uma grande maioria eu escolho (L., 46 anos).

³ Ao ser questionada sobre a idade, J. respondeu em tom marcadamente irônico: *“Eu vou te falar a minha idade. Eu passei dos 30, dos 30 aos 35, depois eu esqueci. A memória da gente vai ficando fraca, você está entendendo? Com o passar dos anos, a memória vai ficando fraca. Mas eu posso te dizer que já passei dos 40. Isso eu posso te falar.”*



Essas narrativas expõem a complexa trama que articula travestilidade e trabalho sexual. De um lado, operam expectativas sociais profundamente marcadas pela performatividade travesti, historicamente associada à prostituição, à marginalidade e à violência, de modo que, mesmo quando ocupam postos formais no mercado de trabalho, essas pessoas continuam a ser socialmente identificadas como profissionais do sexo. Tal marcação produz exclusões reiteradas e contribui para o deslocamento sistemático das travestis para a prostituição como horizonte possível de inserção econômica. De outro lado, o próprio mercado de trabalho formal-informal, no contexto do capitalismo contemporâneo, revela-se atravessado por formas intensificadas de precarização, exploração e desgaste dos corpos, frequentemente à revelia de direitos mínimos (Araújo, 2020). Nesse cenário, o trabalho sexual pode aparecer, para algumas, não como saída ideal, mas como desvio relativo frente a outras modalidades de trabalho igualmente precarizadas, ainda que permaneça exposto à violência, à instabilidade e à captura do corpo como força produtiva, dinâmica que, como sugere Preciado (2018), antecipa e explicita tendências centrais do regime contemporâneo de exploração do trabalho.

Vale reforçar que o direcionamento ao trabalho sexual se dá em um campo de possibilidades extremamente restrito, evidenciando tratar-se muito mais de uma “escolha forçada”, em diálogo com Sofal e colaboradores (2019), do que de um horizonte previamente planejado nas trajetórias das entrevistadas. Diante da exclusão sistemática, expressa, por exemplo, nos baixos índices de inserção de pessoas trans no mercado formal de trabalho (Cavalcanti, Pateo, Silva Filho, 2025; Benevides, 2026), o trabalho sexual emerge como um destino situado, atravessado por agência, mas igualmente por imposições estruturais. Trata-se de uma zona ambígua, na qual risco e dignidade coexistem, e em que a vida se sustenta no limiar entre sobrevivência e afirmação. Nesse contexto, a prostituição se configura como uma estratégia de existência em um campo social que frequentemente nega cidadania e direitos básicos aos corpos travestis.

Kulick (2008) reforça as narrativas aqui apresentadas ao indicar que, para muitas travestis, a prostituição constitui um dos poucos espaços sociais nos quais são reconhecidas, desejadas e valorizadas: “*ser diva todo dia*” (L., 46 anos). Tal constatação não elimina a violência

presente nesse campo, mas tensiona leituras moralizantes que reduzem o trabalho sexual à exploração absoluta ou à degradação moral. Sofal e colaboradores (2019, p. 380) reiteram essa perspectiva ao afirmar que “a prostituição torna-se para elas uma rede de apoio em uma sociedade que as exclui. É nesse local que ela se sente aceita, se sente um sujeito como todos os outros”. Na pesquisa realizada por esses autores, a partir de entrevistas com travestis e transexuais profissionais do sexo, emergem narrativas que apontam a prostituição também como espaço de acolhimento e reconhecimento, frequentemente não encontrados no mercado formal de trabalho.

É a partir desse campo ambíguo de restrições e invenções, no qual o trabalho sexual se apresenta como estratégia possível de sustentação da vida diante da negação sistemática de direitos, que outras formas de deslocamento passam a ganhar relevo nas narrativas. Quando as condições de permanência se tornam insustentáveis, a própria circulação dos corpos no espaço social é reconfigurada, abrindo lugar para movimentos que extrapolam o território nacional. Nesse contexto, a migração emerge nas narrativas como estratégia central de sobrevivência e reinvenção. O deslocamento para outros países, especialmente europeus, em decorrência da facilidade de entrada, aparece como tentativa de escapar da violência cotidiana vivida no Brasil, ainda que não se configure como solução definitiva ou isenta de riscos.

Nas narrativas das entrevistadas, a experiência migratória, especialmente para países europeus, ocupa um lugar central na construção de suas trajetórias de vida. A circulação internacional aparece não apenas como deslocamento geográfico, mas como momento decisivo de redefinição de si, no qual novas formas de se apresentar, projetar o futuro e sustentar a própria existência passam a ser possíveis. Ter vivido ou viver na Europa adquire um valor que extrapola a dimensão material, operando como marcador simbólico de distinção, reconhecimento e legitimidade entre pares. Essa passagem compõe uma espécie de repertório biográfico valorizado, mobilizado pelas próprias entrevistadas na negociação de posições, expectativas e pertencimentos ao longo de suas trajetórias, contribuindo para a consolidação de identidades que se tornam, a partir daí, mais visíveis e socialmente inteligíveis. O estudo de Soliva (2019) corrobora essas formulações ao destacar a importância do



trânsito pela Europa na trajetória de travestis que alcançaram repercussão nacional no Brasil, como Rogéria e Divina Valéria, evidenciando o peso simbólico e político dessas experiências na produção de reconhecimento e valorização.

J. relata maior respeito social na Europa em comparação ao Brasil, especialmente no tratamento cotidiano e na relação com clientes. R. descreve a Europa como espaço de reconstrução possível após grandes rupturas, ainda que marcada por solidão e desafios. Y., 50 anos, travesti residente na Europa, cujo sonho é “ter uma relação, um amor verdadeiro”, narra uma trajetória atravessada por prisão, pedido de asilo e ausência prolongada de garantias documentais, revelando a precariedade que atravessa a experiência migratória. F. menciona redes transnacionais de amigas travestis, espalhadas por diferentes países, que sustentam fluxos constantes de circulação.

Mas quando eu cheguei na Europa estava no auge do verão. Eu acho que eu chorei durante duas semanas, pedindo para voltar para o Brasil. [...] Eu cheguei na ganância de trabalhar, de mudar a minha vida. [...] O Brasil é um país meio hipócrita, eu sempre falo isso. Mas tipo assim, a Europa não... Você é livre na Europa. A gente vem pra Europa para ter segurança. A Europa te dá muita segurança, para uma mulher trans hoje em dia. O Brasil é perigoso. A gente sai com medo, né. Se eu te falar que eu não conheço transexuais que não vivem com medo, eu vou mentir. Vivemos com medo. Por causa que... o perigo que a gente fala [na Europa] é imigração, é polícia, por causa que somos, querendo ou não, imigrantes. Mas a Europa, ela mudou a minha vida. Ela me moldou. Sabe, eu era uma no Brasil. A Europa me transformou (R., 25 anos).

Eu acho que fora do Brasil eles respeitam mais a gente do que aqui. Eu acho, porque os italianos, eles são... não é questão nem que é hipócrita, entendeu? Eles olham para você. Não é igualzinha, que tem aquela sensação dos homens te xingarem de dia e querem seu corpo à noite, porque é assim, Brasil é assim. Olha para você torto de dia, mas quer você à noite (J., 40+ anos).

Me dá um medo quando eu estou sozinha, quando eu estou só aqui em casa. Mas, por exemplo, se eu estiver com uma

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

companhia no parque, não me dá nada. [...] Não é um mar de flores você viver aqui sozinha, depois que você tem família, você tem amigos no Brasil. [...] E hoje, quando eu falo que eu consegui ficar aqui, [na Europa], é uma emoção muito grande, eu consegui ficar, eu consegui falar, eu consegui trabalhar, eu consegui minha casa, eu consegui o meu espaço aqui. Isso aí é uma vitória muito grande para mim. As pessoas hoje em dia já olham, 'não, hoje em dia ela venceu, ela está lá, ela conseguiu ficar, ela tem um espaço', entendeu? Então para mim é uma emoção muito grande falar disso, entendeu? As coisas muito boas (Y., 50 anos).

O trânsito, aqui, não é apenas geográfico, mas existencial. Migrar não significa apenas buscar melhores condições materiais, mas escapar de um destino anunciado, experimentar outros modos de existir e reinscrever o corpo em territórios menos hostis, ainda que igualmente ambíguos. Como demonstra Pelúcio (2011), as travestis brasileiras que circulam pelo mercado transnacional do sexo na Europa buscam não apenas dinheiro, mas respeito, reconhecimento e vidas mais habitáveis, ainda que vividas sob regimes de controle, racialização e exotização colonial. Nas palavras da autora, “nesses deslocamentos, elas parecem buscar não só uma experiência internacional, mas, sobretudo, uma saída possível dos espaços liminares” (Pelúcio, 2011, p. 248). A Europa, assim, não aparece como espaço idealizado, mas como outro campo de disputas, atravessado por racismo, xenofobia e controle dos corpos dissidentes. Vale destacar que a noção de corpos dissidentes se refere a corpos que tensionam ou escapam às normas sociais, especialmente àquelas que regulam gênero, sexualidade e modos de existência. Inspirada em autoras(es) como Judith Butler e Paul Preciado, essa perspectiva compreende o corpo como um campo político no qual se evidenciam tanto os dispositivos de normalização quanto as práticas de resistência que desestabilizam regimes normativos.

Nesse sentido, os corpos em trânsito desestabilizam fronteiras fixas e desafiam políticas de contenção. Circular torna-se ato político; mover-se como modo de sobreviver. O trânsito, enquanto conceito cartográfico, aponta menos para um destino final e mais para a insistência no movimento como condição de vida. O trânsito, assim,



constitui uma cartografia complexa entre Brasil e Europa, entre exclusão e reconhecimento parcial, entre risco e sobrevivência. No entanto, esse movimento não se sustenta de forma solitária. A possibilidade mesma de circular, permanecer ou partir depende da construção de apoios que tornem a vida habitável em contextos marcados pela instabilidade. Pelúcio (2011, p. 249) chama atenção para essas vidas “vivas nos entre-espços criados por uma vasta rede de sociabilidade e negócios, mas que tem garantido a muitas a possibilidade de conhecer lugares famosos, comer em bons restaurantes, conhecer outras culturas e línguas”.

No percurso de criação dessas redes de sociabilidade e diante da fragilidade de políticas públicas e da ausência da família nuclear, as redes informais de cuidado emergem como dispositivos centrais de sustentação da vida. Amigas, “irmãs”, “madrinhas”, “mães” travestis, casas compartilhadas e alianças afetivas constituem formas de cuidado coletivo que atravessam as narrativas. F. destaca a importância das amigas com quem transicionou ainda jovem, hoje espalhadas por diferentes cidades e países, mas conectadas por vínculos duradouros. Y. descreve a casa que reside como espaço de trabalho coletivo, apoio mútuo e acolhimento de outras travestis brasileiras. G., 35 anos, travesti residente no Brasil, que se diz vaidosa e sonha em fazer uma faculdade na área de estética, reconhece figuras fundamentais que a apoiaram nos momentos mais críticos da vida. L. articula cuidado e militância, enfatizando a abertura de caminhos para outras travestis em espaços antes inacessíveis.

Hoje nós somos muitas amigas, eu precisei, numa época, descer na rua. Ela que me levou para um ponto lá da cidade, me apresentou, as meninas, fui muito bem recebida. Aí que veio o nome de madrinha, porque foi ela que me apresentou aquele outro lado da cidade (G., 35 anos).

Eu tenho amizades com pessoas daqui e do Brasil. Eu tenho uma amiga que mora aqui, que é muito conhecida aqui também. Já tem documento, ela também é transsexual e brasileira. Que mora aqui no outro bairro. Como vou dizer... uma ‘irmãzona’ minha, uma colega, uma amiga, me ajuda no que eu preciso. Está sempre aqui para ajudar. Mas depois conhecendo outras trans do Brasil que passam por aqui, aí

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patrícia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

817

depois vieram para a minha casa, vieram trabalhar, várias transsexuais. Eu passei a conhecer o povo realmente que está aqui na Europa (Y., 50 anos).

Essas redes operam fora das instituições formais, mas não fora da política: elas constituem uma micropolítica do cuidado que se faz no cotidiano, na circulação de informação, mediação de acesso, proteção e solidariedade entre pares. (Silva Junior, Brigeiro, Monteiro, 2022). O cuidado, aqui, não é idealizado, pois ele é atravessado por conflitos, limites e negociações constantes: *“te conheci pela amizade, eu preciso... me ajuda ali... com trabalho, preciso de um apartamento. Não! Não é assim.”* (R., 25 anos). Ainda assim, constitui um dos principais dispositivos de resistência à precarização extrema. A travestilidade emerge não como experiência isolada, mas como forma de vida coletiva, sustentada no comum e na invenção de modos de existir em rede.

Vale destacar, contudo, que essas redes de cuidado e solidariedade não operam fora de tensões e ambivalências. Como conta Amara Moira (2024), as relações entre travestis também são atravessadas por disputas, competições e hierarquizações internas, marcadas por diferenças de capital estético, passabilidade e reconhecimento social e financeiro.

Era uma guerreira. Um dia antes, ela me levou na porta da minha casa e falou comigo, semana que vem eu estou querendo mudar. [...] A outra colega dela pagava por uma cafetina. E a outra cafetina que ela pagava eram duas cafetinas que estavam disputando o ponto. E aí, elas estavam querendo que a minha amiga pagasse para as duas. Minha amiga falou, olha, não tem problema de eu pagar, porque eu já pago. Já pago. Só que, porém, eu não posso pagar para as duas. Então, vocês se entendam e me falam. [...] Só que a M. falou com a amiga dela, que morava com ela, que ela tinha que pagar para ela e que era para ela compactuar. E assim a menina fez. [...] A partir disso aí, eu fiquei muito desacreditada com a amizade no meio. E muito com um pé na frente e outro atrás (G., 35 anos).



[...] era como se eu fosse minha mãe mesmo. De transexual, foi ela que me deu o meu primeiro hormônio. Sabe? [...] e... rolou uma bobagem, acho que influência, né? Acho que foi uma influência de outras pessoas, para fazer o mal. Uma calcinha. Por causa de uma calcinha. [...] [Ela] estava me acusando de roubo de uma calcinha. Eu falei que não... era parecida, muito igual, mas não era. [...] Quando cheguei à noite, eu lembro como se fosse hoje. As minhas coisas estavam todas dentro de saco de lixo preto. Então, tá indo para o quarto cuspe meu... era o quarto... mais uma vez estão me mandando embora (R., 25 anos).

Essas dinâmicas revelam que o cuidado, longe de ser idealizado, se constrói em um campo atravessado simultaneamente pela solidariedade e pela escassez, pela proteção e pela desconfiança constante. Ainda assim, tais alianças permanecem centrais como estratégia de sobrevivência e sustentação da vida em um contexto de abandono estrutural, no qual o comum se produz de forma instável, situada e profundamente política.

Por fim, o corpo travesti aparece nas narrativas como território central de disputa política. Voz, estética, gestualidade e presença pública não são apenas expressões identitárias, mas estratégias de afirmação e enfrentamento do apagamento. B. reflete sobre a própria voz estridente e o corpo esguio como alvos de estigmatização, transformados em potência por meio da afirmação radical de si. J. enfatiza a elegância, o cuidado estético e o perfume como formas de exigir respeito e reconhecimento.

As pessoas acham que eu sou muito alta e que a minha voz é muito estridente. Eu vou falar mais alto ainda, porque a minha voz realmente é estridente e eu preciso, sabe? Tipo, entender que a minha voz é assim mesma. Não posso falar baixo, gente. Minha voz não vai sair igual. Eu não vou conseguir falar, então, tipo assim, ou vocês escutam ou eu falo (B. 29 anos).

Antigamente, na minha época, para você ser uma travesti você tinha que ter bastante silicone no corpo, se você não tivesse, você não era travesti. E hoje em dia, por isso que eu vejo as mulheres, de vez em quando, olhando a gente com um arzinho de despeito, mas não é, não é tipo despeito assim, como posso

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

dizer para você... é porque eu acho que a travesti está mais arrumada, ela se veste mais, ela se quer (J., 40+ anos).

Essas performances corporais dialogam com a noção de performatividade de gênero subversiva (Butler, 2003), não como repetição normativa, mas como desvio produtivo. A estética travesti não busca adequação, mas visibilidade (Butler, 2018); não pede permissão, mas ocupa espaço. O corpo, mais que alvo de violência, torna-se lugar de práxis, no qual se produzem sentidos e se tensionam normas sociais.

Destaca-se que as linhas cartográficas aqui traçadas não pretendem representar a totalidade das experiências travestis, tampouco oferecer narrativas de superação. Elas operam deslocamentos nos modos de escutar, narrar e produzir conhecimento sobre vidas historicamente silenciadas. Entre luto e luta, essas trajetórias afirmam a vida como gesto político cotidiano. A cartografia revela que, embora a violência e a exclusão estejam presentes de forma brutal nas vidas dessas travestis, o que predomina é a invenção de vida, atravessada por estratégias de sobrevivência, cuidado coletivo, estética política e deslocamentos táticos. Longe de reduzir essas vidas à dor, as narrativas mostram formas resistentes de habitar o mundo.

Considerações finais

Cartografar essas trajetórias é também, e principalmente, mapear os desvios que escapam ao controle biopolítico do luto e da dor. O trabalho sexual, embora atravessado por violências e estigmas, pode ser também um espaço de reconhecimento e afirmação (Kulick, 2008; Pelúcio, 2012). É nesse território ambíguo, entre vulnerabilidade e agência, risco e potência, que as travestis constroem formas de existência que afirmam sua autonomia e presença. Há uma política do corpo em jogo, onde a performance estética, o gesto e o enfrentamento tornam-se ferramentas de sobrevivência e de enfrentamento simbólico ao apagamento.

Embora marcadas por exclusões precoces, por uma morte social reiteradamente anunciada e por riscos permanentes, as narrativas



analisadas revelam modos singulares de sustentar a vida, produzir vínculos, afirmar desejos e construir dignidade em contextos adversos. Ao acompanhar essas trajetórias, este estudo buscou deslocar o olhar de uma leitura centrada exclusivamente no sofrimento para uma compreensão mais complexa, que reconhece a potência criativa e política dessas experiências.

O trabalho sexual, longe de aparecer como essência da travestilidade ou como destino naturalizado, emerge como uma resposta situada a um campo de possibilidades profundamente restrito. Nas narrativas, ele se apresenta como espaço ambíguo, atravessado simultaneamente por riscos, violências e exploração, mas também por reconhecimento, autonomia relativa e pertencimento.

Os deslocamentos geográficos e existenciais narrados, entre cidades, países e continentes, revelam que o trânsito é, para muitas travestis, uma estratégia de sobrevivência e uma forma de resistência. Migrar não significa alcançar segurança plena, mas operar deslocamentos frente à violência cotidiana e buscar condições materiais e subjetivas mínimas de reconhecimento e continuidade da vida. Nesse percurso, redes de cuidado e alianças afetivas travestis se mostram fundamentais, sustentando modos de existir que não dependem exclusivamente do Estado. Essas redes configuram práticas micropolíticas de cuidado que desafiam o abandono institucional e produzem o comum como espaço de sustentação da vida.

Por fim, esta pesquisa se formou pelo desejo de escutar de outro modo. Não uma escuta técnica ou neutralizada, mas uma escuta que fabula, que se implica e que se deixa afetar. Como escreve Favero (2022, p. 11), “a aposta não é curar pela fala, mas pela política, pelo afeto e pelas amizades”. Escutar travestis e mulheres trans em sua dor, mas sobretudo em sua potência, foi recusar a ideia de que a diferença é erro, e, com isso, operar deslocamentos no tempo, no sentido e na palavra. Foi nesse horizonte que se inscreveu também a tarefa de frequentar o que nunca foi frequentado, “ler o que nunca foi escrito, escutar o que foi silenciado e escrever sobre narrativas impossíveis”, como afirma Lima (2024). Mais do que representar trajetórias, buscou-se criar condições de escuta e visibilidade para narrativas historicamente silenciadas, disputando os regimes de saber que frequentemente reduzem vidas dissidentes à dor ou à anormalidade. Nessa escuta atenta, o que emerge não é apenas a experiência da morte social reiteradamente anunciada, mas também a

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patrícia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

821

insistência cotidiana em permanecer, criar e existir, afirmação que ressoa, como na canção de Belchior: “Ano passado eu morri / Mas esse ano eu não morro”. Em um contexto de recrudescimento conservador e de ataques contínuos à população trans, afirmar essas histórias como produtoras de conhecimento é também um gesto político.

Referências

ARAÚJO, J. N. G. de. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 79–93, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000100007. Acesso em: 23 jan. 2026.

BARBOSA, B. C. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/hykHkccvn45vRkCFVgDZFqR/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto** – Enfermagem, Florianópolis, v. 27, n. 2, e3770017, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003770017>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FONSECA, G. C.; SILVA, T. G; BARBOSA, R. E. C. ganhando a vida? Estratégias adotadas por travestis trabalhadoras do sexo nas ruas de Montes Claros, MG. **Argumentos**: Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, Montes Claros, v. 18, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/4485>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CAVALCANTI, F. M. S.; PATEO, F. V.; SILVA FILHO, A. L. A. A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, DF: Ipea, v. 31, n. 80, out. 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt80/nt2>. Acesso em: 15 set. 2024.

FAVERO, S. **Pajubá-terapia**: ensaios sobre a cisnorma. 2. ed. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2022.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**: Teoria psicológica e o desenvolvimento feminino. Editora Vozes, 2021.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIMA, A. F. Escutar o que foi silenciado, ler o que nunca foi escrito e escrever sobre narrativas impossíveis: fabulação crítica e insurgência à morte do narrador. In: LIMA, A. F.; ROSA-RODRÍGUEZ, Y.(org.). **Caminhos da pesquisa de gênero e sexualidade**: perspectivas da América Latina e Caribe. Porto Alegre: Sulina, 2024. p. 25-48.

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

823

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122–151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MOIRA, A. A prostituição como trincheira trans. **Revista Contraste**, n. 6, p. 114–119, 2019.

MOIRA, A. **Neca**: romance em bajubá. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PATAI, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PELÚCIO, L. Desejos, brasilidades e segredos: o negócio do sexo na relação entre clientela espanhola e travestis brasileiras. **Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, Natal, v. 5, n. 6, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2334>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl., p. 19–26, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2334>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIOS, E. B. *et al.* Notificações de violência contra travestis e transexuais: estudo de série temporal, Brasil, 2015-2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 34, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222025v34e20240350>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, K. M. O.; OLIVEIRA-SILVA, L. C. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, e216221, 2021. Disponível em:



<https://doi.org/10.1590/18094449202100620021>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SELLES, B. R. S. *et al.* Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 6, p. 148–161, dez. 2023. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/6910>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, G. W. S. *et al.* Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 4955–4966, 2021. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/6910>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, A. L., BRIGEIRO, M. M. S. ‘Irmandade travesti é a nossa cura’: solidariedade política entre travestis e mulheres trans no acesso ao cuidado em saúde e à prevenção ao HIV. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 7, p. 103–116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E707>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOFAL, A. M. S. *et al.* Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: ser “T” e “estar prostituta”. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 375–396, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28088>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOLIVA, T. B. Internacionais e glamorosas: sobre a carreira das “travestis profissionais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e53423, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28088>. Acesso em: 05 jan. 2026.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006>. Acesso em: 05 jan. 2026.

VIDAL, J. S.; CASTILHO, E. W. W. Patologização e criminalização de gênero: a experiência de travestis no cárcere. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. especial 1, dez. 2023. Disponível em:

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

825

<https://doi.org/10.1590/2358-28982023E18040P>. Acesso em: 16 abr. 2025.

Bodies in transit and lives in struggle: cartographies of resistance of brazilian travestis

ABSTRACT: This article aims to cartograph experiences of resistance among Brazilian *travestis* who work in sex work and reside in Brazil and Europe, analyzing everyday strategies for confronting death. The study adopted cartography as both a method and an ethical orientation, conducting seven interviews with *travestis* selected through prior relational ties between the researchers and this population. The encounters took place in spaces meaningful to the participants, such as work environments, residences, and sites of activism, understood as dispositifs for the production of meaning. The narratives were analyzed in a processual manner, without rigid categorization, following affects, displacements, and modes of existence. The findings show that, although these trajectories are traversed by structural violence, they generate networks of care, build material and subjective conditions of recognition, and enact geographical and aesthetic displacements as forms of affirming life. It is concluded that listening to these experiences requires displacing pathologizing readings and recognizing the political and inventive potency of *travesti* existences.

KEYWORDS: Travestis. Prostitution. Cartography. Resistance.



João Henrique DE SOUSA SANTOS,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Psicólogo e psicanalista.
Doutor em Psicologia (UFMG). Professor na FCM-MG.*
<https://orcid.org/0000-0002-9946-3552>

Ludmila LIMA ARANTES,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Mestra em Economia
Aplicada (UFOP) e graduanda Psicologia (FCM-MG). IC na pesquisa
realizada.*
<https://orcid.org/0009-0009-6998-7660>

Thiago César CARVALHO DOS SANTOS,
*Centro Universitário UNA. Advogado. Doutorando em Direito (UFMG).
Graduando em Psicologia (UNA). IC na pesquisa realizada.*
<https://orcid.org/0000-0002-4167-1308>

Pedro Henrique ARAUJO NUNES,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Graduando em
Psicologia (FCMMG). IC na pesquisa realizada.*
<https://orcid.org/0009-0007-6454-2588>

Isabella CAMPOS FREITAS D'ÁVILA,
*Centro Universitário UNA. Psicóloga e psicanalista. Mestre em
Educação (UFMG). Professora no Centro Universitário UNA.*

Cintia Maria TEIXEIRA,
*Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Psicóloga Social. Doutora
em Psicologia (PUC MINAS). Professora na FCM-MG.*

Patricia DE SOUZA OLIVEIRA,
*Universidade Federal de Minas Gerais. Psicóloga. Especialista em
gênero e psicanálise. Mestranda em Psicologia (UFMG). Consultora de
gênero e sexualidade na pesquisa realizada.*

João Henrique de Sousa Santos.
Ludmila Lima Arantes.
Thiago César Carvalho dos Santos.
Pedro Henrique Araujo Nunes.
Isabella Campos Freitas D'Ávila.
Cintia Maria Teixeira.
Patricia de Souza Oliveira.
Ravi Zanolli Cláudio.

827

Ravi ZANOLLA CLÁUDIO,
Centro Universitário Ritter dos Reis. Graduando de Psicologia
(UniRitter). IC na pesquisa realizada. IC no Grupo de Pesquisa
Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais.
<https://orcid.org/0009-0003-8648-5722>

Recebido em: 31/01/2026
Aprovado em: 26/03/2026